



A insustentabilidade do desenvolvimento sustentável no âmbito da sociedade capitalista contemporânea¹

Página | 2668

The unsustainability of sustainable development in the context of contemporary capitalist society

Nathan Pereira Dourado¹

¹ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8925-5533>; Doutorando em Geografia no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia (UFBA); npdourado@hotmail.com

Todo o conteúdo expresso neste artigo é de inteira responsabilidade dos seus autores.

Recebido em: 01 de março de 2021; Aceito em: 23 de maio de 2021; publicado em 31/05/2021. Copyright© Autor, 2021.

RESUMO: Tendo em vista que o sistema capitalista possui uma lógica de expansão e acumulação totalmente desprovida de limitações, propomos com este artigo, oriundo de uma revisão bibliográfica, responder a seguinte pergunta: é possível pensar em desenvolvimento sustentável no âmbito da lógica de funcionamento da sociedade capitalista? Para tanto, o objetivo é analisar criticamente a ideologia do desenvolvimento sustentável, a fim de expor os limites e as contradições deste conceito no âmbito da sociedade capitalista contemporânea. Acredita-se que para resolver os problemas causados pelo padrão de desenvolvimento capitalista, necessitamos de conhecimentos e experiências provenientes de outras matrizes de racionalidade. Nesse sentido, adotamos como perspectiva teórica o pensamento decolonial e, por fim, propomos a política do Bem Viver como uma possível alternativa ao desenvolvimento.

PALAVRAS-CHAVE: sustentabilidade, crise capitalista, giro decolonial, bem viver

ABSTRACT: Bearing in mind that the capitalist system has a logic of expansion and accumulation totally without limitations, we propose with this article, from a bibliographic review, to answer the following question: is it possible to think about sustainable development within the scope of the capitalist society's logic? To this end, the objective is to critically analyze the ideology of sustainable development, in order to expose the limits and contradictions of this concept in the context of contemporary capitalist society. It is believed that to solve the problems caused by the pattern of capitalist development, we need knowledge and experience from other rationality matrices. In this sense, we adopt decolonial thinking as a theoretical perspective, and, finally, we propose the policy of Good Living as a possible alternative to development.

KEYWORDS: sustainability, capitalist crisis, decolonial spin, good living.

¹ Artigo apresentado à disciplina de Sociologia Ambiental do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

INTRODUÇÃO

Numa sociedade subordinada ao imperativo da reprodução ampliada do capital, o tempo econômico rompe com a estabilidade do tempo circular biosférico, acelerando os processos de degradação entrópica (STAHHEL, 1995) e, conseqüentemente, da ruptura metabólica² (FOSTER, 2005; FOLADORI, 2001). Visto assim, o sistema capitalista é insustentável por essência, e o controverso discurso do desenvolvimento sustentável, pode ser considerado, neste contexto, uma armadilha ideológica. De acordo com Beck (2006, n.p): “passamos a viver em meio aos efeitos colaterais de uma civilização – a modernidade capitalista industrial – que regurgitou e saiu dos trilhos, voltando-se contra si própria e escapando dos controles que visam ordená-la”.

Propomos com este artigo, oriundo de uma revisão bibliográfica, responder a seguinte pergunta: é possível pensar em desenvolvimento sustentável no âmbito da lógica de funcionamento da sociedade capitalista? Uma análise concreta da realidade, nos conduz a concluir pela negação desta possibilidade. Para tanto, o objetivo é analisar criticamente a ideologia do desenvolvimento sustentável, a fim de expor os limites e as contradições deste conceito no âmbito da sociedade capitalista contemporânea, tendo em vista que o capitalismo possui uma lógica de expansão e acumulação totalmente desprovida de limitações (FOLADORI, 1999; GORZ, 2010; SASSEN, 2016; MARQUES, 2016). A imbricação entre o desenvolvimento e a lógica destrutiva do capital é uma situação-problema que requer atenção. Como perspectiva teórica crítica, fazemos uso da teoria decolonial e do pós-desenvolvimento, e, por fim, propomos a política do Bem Viver como uma possível alternativa ao desenvolvimento.

PARA QUE(M) SERVE O DESENVOLVIMENTO?

O conceito de desenvolvimento passou a ser empregado oficialmente, nos discursos e nas práticas políticas, com o fim da Segunda Guerra Mundial³, logo após o colapso dos

² Conceito originalmente cunhado por Karl Marx, em O Capital, e retomado por John Bellamy Foster, para se referir às perturbações e desequilíbrios que o modo de produção capitalista causa no meio ambiente.

³ Alguns autores datam o início da “era do desenvolvimento” no dia 20 de janeiro de 1949, no discurso de posse do presidente dos Estados Unidos (EUA), Harry Truman, quando menciona a necessidade de levar o conhecimento técnico e científico e o progresso industrial dos EUA a todos os países subdesenvolvidos,

poderes coloniais e desencanto com o conceito de progresso – seu antecessor. O conceito surge a partir da motivação política dos países ricos e industrializados – do Norte –, liderados pelos Estados Unidos, em intervir para elevar os níveis de desenvolvimento dos países periféricos e “atrasados” - do Sul –, e impor uma nova ordem mundial⁴ e um novo ciclo de acumulação capitalista (SACHS, 2000; RIST, 2002).

Desde então, a concretização do discurso do desenvolvimento se deu “a partir de cima” (SANTOS, 2010), por meio da criação e da implementação de planos, programas, projetos, metodologias e manuais de desenvolvimento, bancos especializados em financiar o desenvolvimento, capacitação e formação para o desenvolvimento, etc. Através de um aparato de instituições “benevolentes”, tais como: Banco Mundial, Fundo Monetário Mundial, Organização das Nações Unidas, Organização Mundial do Comércio, ONGS etc. (SACHS, 2000; ACOSTA, 2016).

Comumente o conceito de desenvolvimento é visto como algo benéfico para toda sociedade, entendido como um processo inexorável para passar de uma dada situação para outra melhor. Não à toa está presente nos discursos socioeconômicos e políticos, agindo como um poderoso mobilizador (GÓMEZ, 2002), haja vista que o conceito “ocupa o centro de uma constelação semântica incrivelmente poderosa” (ESTEVA, 2000 p. 61), estando sempre associado às melhores intenções e a uma condição desejada (SACHS, 2000). Deste modo, configura-se como uma noção quase que incontestável ao senso comum.

A base ideológica da ideia de desenvolvimento é tão poderosa que se tornou um projeto civilizatório, uma espécie de mandato global, que, tanto governos liberais e capitalistas de direita, como os socialistas de esquerda, passaram a perseguir como meta universal. Os governos de esquerda adotaram a lógica desenvolvimentista, com a ideia de oferecer para todos aquilo que o capitalismo oferecia somente para alguns (PORTO-GONÇALVES, 2006).

De acordo com Celso Furtado (1996), a promessa de universalização do desenvolvimento pode ser considerada um mito, por dois aspectos: primeiro que o subdesenvolvimento não é um estágio ou uma etapa para o desenvolvimento, tal como

lançando o conceito de desenvolvimento como um imperativo global - um apelo para que todas as nações seguissem seus passos, contra a ameaça do comunismo e da condição indigna do subdesenvolvimento (SACHS, 2000; RIST, 2002; ESTEVA, 2000).

⁴ Em que o padrão de acumulação reforça a condição dependente dos países pobres e sua inserção periférica (ou semiperiférica).

pretendem fazer-nos crer⁵, e sim um produto do desenvolvimento e uma condição para a manutenção da ordem, uma narrativa para justificar e naturalizar a subordinação entre países. E segundo que, do ponto de vista dos limites biofísicos do planeta, seria inviável a universalização do padrão de desenvolvimento do capitalismo central - a pressão sobre os recursos naturais seria tão grande que, provavelmente, resultaria em um colapso do próprio sistema capitalista - não havendo, portanto, a possibilidade de expansão, ou seja, de desenvolvimento para todos. Página | 2671

A evidência à qual não podemos escapar é que em nossa civilização a criação de valor econômico provoca, na grande maioria dos casos, processos irreversíveis de degradação do mundo físico e o custo, em termos de depredação do mundo físico, desse estilo de vida é de tal forma elevado que toda tentativa de generalizá-lo levaria inexoravelmente ao colapso de toda uma civilização (FURTADO, 1996, p.12).

Ademais, podemos supor que as políticas e práticas de desenvolvimento, em vez de constituírem-se como solução para os problemas da sociedade contemporânea, têm sido parte do problema. O padrão de desenvolvimento capitalista, em curso no mundo desde o pós-guerra, ao mesmo tempo que alcançou expressivos níveis de crescimento econômico e avanços científicos e tecnológicos impressionantes, manteve níveis crescentes de pobreza e fome, agravamento da desigualdade na distribuição de riqueza e poder, aumento do desemprego, erosão da diversidade cultural, degradação irreversível do meio biofísico, ameaças permanentes à saúde humana, expulsões e incontáveis conflitos sociais e territoriais envolvendo uma diversidade de grupos sociais (LEFF, 2009; SASSEN, 2016; ACOSTA, 2016).

A partir de uma perspectiva crítica, o desenvolvimento passa a ser considerado um construto histórico, criado a partir de uma visão dominante de mundo eurocêntrica, como estratégia de reprodução e expansão do capital, consolidada por meio do poder da ideologia (GÓMEZ, 2002; ESCOBAR, 2007; SACHS, 2000; ESTEVA, 2000). A ideologia do desenvolvimento - instrumento a serviço da expansão da acumulação capitalista - legitima o seu poder através da elaboração de discursos que se auto constituem em verdades inquestionáveis (ESCOBAR, 2007; RIST, 2002). Para Mészáros (1996), a

⁵Essa ideologia foi propagada pelo economista norte-americano Walt Whitman Rostow, no famoso livro "Etapas do Desenvolvimento Econômico: um manifesto não comunista", lançado em 1960. De acordo com o modelo rowstowiano o desenvolvimento é composto por cinco etapas: sociedade tradicional, as condições para a decolagem; a decolagem; o caminho da maturidade; e a era do consumo em massa.

ideologia é considerada o principal obstáculo da consciência para a autonomia e a emancipação. Neste sentido, Latouche (2010, p. 221) afirma que o uso do termo desenvolvimento: “preenche perfeitamente a missão que Marx atribui à ideologia: mascarar os interesses do capital por trás da ilusão de um interesse geral, paralisando assim a resistência das vítimas”.

O poder da ideologia dominante é indubitavelmente imenso, mas isso não ocorre simplesmente em função da força material esmagadora e do correspondente arsenal político-cultural à disposição das classes dominantes. Tal poder ideológico só pode prevalecer graças à vantagem da mistificação, por meio da qual as pessoas que sofrem as consequências da ordem estabelecida podem ser induzidas a endossar, consensualmente, valores e políticas práticas que são de fato absolutamente contrários aos seus interesses vitais (MÉSZÁROS, 1996, p. 26).

Para Sachs (2000, p. 12), “o desenvolvimento é muito mais que um simples empreendimento socioeconômico; é uma percepção que molda a realidade, um mito que conforta sociedades, uma fantasia que desencadeia paixões”. Nesse sentido, o desenvolvimento possui uma inexorável capacidade sedutora na sociedade capitalista (OLIVEIRA, 2012). O desenvolvimento propõe que todos os povos caminhem numa mesma direção, em um processo linear, colonizador e universalizante, cujo modelo a ser seguido é o das nações que “correm à frente”, fundadas na matriz de racionalidade moderno-colonial, antropocêntrica, patriarcal e racista (ESCOBAR, 2007; GROSFUGUEL, 2010; QUIJANO, 2012).

Com base em Porto-Gonçalves (2006, p. 64): “a colonização do pensamento nos fez crer que há povos atrasados e adiantados, como se houvesse um relógio que servisse de parâmetro universal”. Assim sustenta-se e naturaliza-se a premissa de superioridade de grupos “desenvolvidos” sobre outros “subdesenvolvidos” e legitima-se as formas de expansão, dominação, imposição de modelos e processos espoliativos, por parte dos países ricos, sob o pressuposto de “ajuda aos necessitados” (ILLICH, 2000; ESCOBAR, 2007). O padrão de desenvolvimento imposto ao mundo a partir de uma visão eurocêntrica “se fez impondo uma matriz energética fossilista com uma presunção universalista eurocêntrica que olvidou outras matrizes epistêmicas que ensejam modos de fazer (técnicas) próprios” (PORTO-GONÇALVES, 2012, p. 37).

Illich (2010, p. 165) visualiza o desenvolvimento como um “processo através do qual as pessoas são retiradas de suas bases culturais tradicionais”. Porto-Gonçalves (2006, p. 81) corrobora com este entendimento ao afirmar:

Assim, desenvolver é tirar o envolvimento (a autonomia) que cada cultura e cada povo mantém com seu espaço, com seu território; é subverter o modo como cada povo mantém suas próprias relações de homens (e mulheres) entre si e destes com a natureza. Página | 2673

Deste modo, o desenvolvimento tem sido utilizado para alcançar a “ocidentalização do mundo” (SACHS, 2000, p. 15), invisibilizando a riqueza presente na diversidade de experiências no mundo, de tal forma que, os discursos e práticas desenvolvimentistas desqualificam e deslegitimam outras formas de compreender e reproduzir a existência, divergentes da concepção dominante. Como consequência, o desenvolvimento tem aprofundado a “economização” – colonização da vida pela economia –, “tanto na consolidação de uma linguagem, a econômica, que busca abarcar todos os discursos sobre a realidade, bem como na forma em que se mercantilizam cada vez mais todos os âmbitos das relações humanas” (GÓMEZ, 2006, p. 123). Segundo Esteva (2000), as estratégias desenvolvimentistas, vinculadas à economia e ao mercado, transformaram homens comuns e criativos em *homo economicus*, há nesse sentido uma perda de criatividade e diversidade muito grande, transformando um mundo diverso em um mundo padronizado, que abrange desde as tecnologias até mesmo as relações humanas.

A INSUSTENTABILIDADE DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A partir da década de 1960, a noção de desenvolvimento passou a ser questionada por grupos preocupados com a crescente degradação da natureza (OLIVEIRA, 2012). “A crise ambiental veio questionar a racionalidade e os paradigmas teóricos que impulsionaram e legitimaram o crescimento econômico, negando a natureza” (LEFF, 2009, p. 15). Desde então, ocorreram diversos encontros, conferências⁶ e tratados mundiais para discutir a crise ambiental gerada pelo padrão de desenvolvimento capitalista.

⁶ A Conferência de Estocolmo, ocorrida em 1972, representa um marco político da institucionalização da questão ambiental.

Diante dos questionamentos, surge o conceito de desenvolvimento sustentável – elaborado pela Comissão Brundtland nos anos 80 -, o qual propõe a conciliação dos interesses econômicos com a questão ambiental, como solução (de um ponto de vista conservador) para os problemas ambientais. O conceito de desenvolvimento sustentável foi concebido para facilitar o diálogo entre interesses extremamente divergentes, e como uma aposta na continuidade das relações de produção capitalista (SACHS *et al.*, 2002; OLIVEIRA, 2012; ACOSTA, 2016). Desde o surgimento do conceito, observa-se com frequência a adoção do discurso de sustentabilidade por parte de empresas, em muitos casos as mais poluentes e produtoras de mercadorias e insumos tóxicos e/ou danosos ao homem e a natureza. De acordo com Stahel (1994, p. 61): “Ao buscar-se um desenvolvimento sustentável hoje está-se, ao menos implicitamente, pensando em um desenvolvimento capitalista sustentável, ou seja, uma sustentabilidade dentro do quadro institucional de um capitalismo de mercado”.

Apesar do debate ambiental passar a fazer parte da agenda geopolítica mundial, pouco tem sido feito para reverter o quadro de devastação ambiental (PORTO-GONÇALVES, 2006; SACHS *et al.*, 2002). Pelo contrário, observa-se a intensificação dos ritmos de exploração da natureza e o surgimento de novas manifestações da crise e riscos ecológicos (BECK, 2006; SASSEN, 2016; MARQUES, 2016). O fato é que líderes mundiais e instituições políticas, como a ONU e o Banco Mundial, continuam a sustentar o crescimento econômico como o único modelo econômico a ser seguido. Na maioria dos casos, pregam o desenvolvimento de boas tecnologias como solução para os problemas ambientais, todavia “ignorando questões do poder, justiça social, desigualdade e controle comunitário sobre os ecossistemas” (BARLOW, 2012, p. 4).

De acordo com Foladori (1999):

A tendência à produção ilimitada é resultado direto e necessário de uma organização econômica que gira em torno da produção de lucro, e não da satisfação das necessidades. Por isso, é impossível entender a crise ambiental sem partir da compreensão da dinâmica econômica da sociedade capitalista. Por isso, também, resultam fúteis as críticas à produção ilimitada que não encaram, ao mesmo tempo, as críticas à organização capitalista da sociedade humana (p. 35).

Para Foster (2015) e Daly (2004) o termo desenvolvimento sustentável só faz sentido se for entendido como desenvolvimento sem crescimento, aquilo que eles

denominam de *estado estacionário* ou *economia estacionária*. Para isso, é preciso uma mudança estrutural, que retire a busca pelo crescimento econômico do primeiro plano, em prol de um desenvolvimento que não sirva ao capital, mas que seja orientado para satisfação das necessidades humanas. Algo bem diferente do que se tem visto até o momento.

Para Oliveira (2012), há no uso do conceito de desenvolvimento sustentável o interesse em escala global pelas questões territoriais e os bens naturais.

A geopolítica do desenvolvimento sustentável é acima de tudo o projeto político de dominação territorial, com base no controle das riquezas naturais, articulados estrategicamente de forma diplomático-protocolar, destacadamente por meio das grandes conferências mundiais (OLIVEIRA, 2012, p.132).

Para Little (2002) o crescimento e a consolidação do desenvolvimento sustentável foi fator de modificação na dinâmica territorial no Brasil, o autor destaca as duas principais vertentes no Brasil: a dos preservacionistas e a dos socioambientalistas. Nessa primeira vertente predomina uma visão desenvolvimentista baseada no controle e no planejamento, centrando seu controle em áreas extensas. Esse modelo de desenvolvimento sustentável portanto, representa um grande impacto para os Povos e Comunidades Tradicionais, pois neste modelo os povos são vistos como prejudiciais à manutenção da biodiversidade e precisam ser deslocados do seu território. Deste modo, a luta pelo território é ao mesmo tempo a luta pela existência, pelo direito à vida, irrompida pelos diversos projetos desenvolvimento.

Dessa forma, considera-se necessário romper com a chamada colonialidade do poder e reconhecer outras formas de organização da vida social, bem como uma diversidade de saberes e fazeres, que podemos situar, em acordo com Grosfoguel (2010) como subalternizados. É preciso discutir o alargamento da ideia de soberania centrada na figura do Estado-nação para a soberania dos povos, ou como nos sugere Grosfoguel (2010) romper com a modernidade eurocentrada, que impôs um modelo civilizatório desenvolvimentista, para dar espaço a outras formas de compreender e reproduzir a existência.

O agravamento da crise ambiental nos convoca ao desafio de restauração sistêmica do metabolismo social (FOSTER, 2005), e para isto, além de uma nova racionalidade ambiental (LEFF, 2009), faz-se necessário a construção de um novo projeto de sociedade

para além do capital (FOSTER, 2005; GORZ, 2010). Nesse sentido, teóricos do pós-desenvolvimento propõem desconstruir e romper com o discurso do desenvolvimento - que se coloca como único caminho possível - para visibilizar outros horizontes de sentido (ESCOBAR, 2007; ESTEVA, 2010; QUIJANO, 2012; ACOSTA, 2016). Romper com o desenvolvimento é, portanto, assumir a existência de outras racionalidades e visões de mundo, espalhadas por diversas experiências de vida ao redor do mundo, distintas do padrão capitalista moderno-colonial. Para Gudynas e Acosta (2011) o Bem Viver representa um projeto político para ver o mundo de outra maneira e construir alternativas ao desenvolvimento⁷ e, portanto, a sua prática expressa uma das respostas possíveis às críticas substanciais do pós-desenvolvimento. Página | 2676

O GIRO PARADIGMÁTICO E A OPÇÃO PELO BEM VIVER

Como pensar uma forma de superar a crise se também está em crise a forma dominante de pensar? Acreditamos que para resolver os problemas causados pelo padrão de desenvolvimento capitalista, necessitaremos de conhecimentos e experiências provenientes de outras matrizes de racionalidade. Nesse sentido, a produção de um pensamento alternativo perpassa pelas seguintes propostas: “Epistemologias do Sul” (SANTOS, MENEZES, 2010) e/ou “Epistemologias Fronteiriças /Pensamento Liminar” (MIGNOLO, 2019), ao reconhecerem e afirmarem outras matrizes de racionalidade e novas formas de compreensão da vida, da natureza e da sociedade, com seus saberes e práticas contra hegemônicos. “Trata-se da reivindicação da diversidade cultural e da diversidade de formas de produzir e de entender a produção, que existem hoje por todo o mundo” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 55). Assim, a partir de novos lugares de enunciação, do olhar da periferia do sistema mundo moderno-colonial, sociedades consideradas “subdesenvolvidas” e grupos historicamente subalternizados passam a manifestar um profundo descontentamento com o discurso desenvolvimentista hegemônico e com a pretensa superioridade/ universalidade da colonialidade do poder, do saber e do ser (GROSFUGUEL, 2010).

⁷ Não se trata de propor alternativa de desenvolvimento que, como já vimos propõe modificações e reformas, sem questionar a fundo as bases conceituais e ideológicas do desenvolvimento, como a crença no crescimento e no mercado, e o mito do progresso.

Dessa forma, frente aos atuais desafios que a humanidade enfrenta, busca-se, através do giro decolonial (GROSFOGUEL, 2010) abrir espaço para respostas criativas fora do paradigma moderno do desenvolvimento. Para isso é necessário descolonizar o pensamento/ação e desvelar os vastos e complexos sistemas de concepção de mundo até então obscurecidos pelas narrativas desenvolvimentistas dominantes. Com efeito, emerge a noção de Bem Viver⁸ a partir da visão de mundo dos povos tradicionais, especialmente os andinos, historicamente marginalizados pelo processo de desenvolvimento capitalista, e que, deixados para trás na lógica linear e unidirecional do desenvolvimento, resistem e empreendem a experiência de reproduzir a vida fora da racionalidade dominante, manifestando um posicionamento crítico e pluralista.

Nesse sentido, Gudynas (2011) aponta para o Bem Viver:

O Bem Viver implica em mudanças profundas nas concepções de desenvolvimento, que vão além de meras correções ou ajustes. Não é suficiente buscar “desenvolvimentos alternativos”, uma vez que estes se mantêm dentro da mesma lógica para compreender o progresso, o uso da natureza e as relações entre os seres humanos. Em vez de se discutir “alternativas de desenvolvimento” se deveria construir “alternativas ao desenvolvimento” (GUDYNAS, 2011, p. 3).

Recordemos que o Bem-Viver questiona o dualismo da Modernidade que separa sociedade e Natureza e converte a esta última num conjunto de objetos que podem ser dominados, manipulados e apropriados. Ademais, o Bem-Viver procura evidenciar outras formas de relacionamento com o meio (GUDYNAS, 2011, p. 11), na perspectiva de construir uma nova materialidade social. Saindo do viés da discussão puramente acadêmica, o Bem Viver pode situar-se como caminho possível para superação do desenvolvimento, trazendo para a subjetividade humana novas formas de pensar o mundo em contraposição à hegemonia do capital e da modernidade/colonialidade (QUIJANO, 2012).

De acordo com Gudynas e Acosta (2011), o Bem Viver pode ser entendido como uma plataforma política de encontro de diferentes maneiras de entender o mundo e o nosso papel nele, a partir de uma perspectiva decolonial, contrariando a linearidade e universalidade do desenvolvimento e da modernidade/colonialidade. Devido ao seu

⁸ O Bem Viver (Buen Vivir), corresponde às noções de “Sumak Kawsay” na língua Quéchuá, “Suma Qamaña” em Aymara e “Nhandereko” em Guarani.

caráter relativista, não existe uma proposta totalmente elaborada, nem uma visão única de Bem Viver, isso nos obriga a falar em “bons conviveres”.

Se o desenvolvimento trata de ocidentalizar a vida no planeta, o Bem Viver resgata as diversidades, valoriza e respeita as diferenças[...] O Bem Viver é eminentemente subversivo. Propõe saídas descolonizadoras em todos os âmbitos da vida humana. Não é um simples conceito, é uma vivência (ACOSTA, 2016, p. 82). Página | 2678

Segundo Quijano (2012) e Acosta (2016), para se concretizar em nível global, o Bem Viver exige outra economia, a serviço da dignidade humana e não do desenvolvimento; isso implica novos padrões de produção, de sociabilidade, de consumo e de distribuição da riqueza. De acordo com Acosta (2016, p.38): “A proposta do Bem Viver, desde que assumida ativamente pela sociedade, pode projetar-se com força nos debates mundiais”. Porém, certamente, o Bem Viver por si só não será suficiente para superar, e tampouco engendrar mudanças profundas, dentro do capitalismo – um sistema complexo e brutal (SASSEN, 2016) - que é, em essência, promotor de desigualdades e devastação da natureza. Mas isso, “[...] não implica que primeiro se deva sair do capitalismo para só então impulsioná-lo” (ACOSTA, 2016, p. 73). Trata-se das lutas que seguem sendo feitas dentro e a partir das possibilidades reais dadas, por isso é síntese das contradições. Nesse sentido, os conhecimentos dos povos em movimento, das comunidades em resistência e de muitos movimentos sociais estão na dianteira do pensamento para as transições e ganham uma relevância incomum para a reconstrução de mundos diante da atual crise civilizatória.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que o debate ambiental foi assimilado lucrativamente pela ordem capitalista, e o acréscimo do adjetivo sustentável ao conceito de desenvolvimento representa um simples melhoramento “cosmético”. Nesse sentido, todos os esforços de mudança dentro do paradigma dominante visam, antes de qualquer coisa, a perpetuação do modo de produção capitalista. Portanto, diante da grave crise socioambiental - oriunda de um padrão de racionalidade capitalista moderno/colonial -, a questão de superação do capitalismo se torna atual e reforça a necessidade histórica de se construir um novo projeto civilizacional.

Apesar das contradições existentes em torno do conceito de desenvolvimento sustentável, a negação do termo exige esforços teóricos para a conceituação de um novo termo compatível com os anseios da crítica ao sistema capitalista. Nesse sentido, cremos num amplo movimento em prol do Bem Viver como alternativa ao desenvolvimento e como possibilidade de construção de um novo horizonte político para além do capital no século XXI.

AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo fornecimento de bolsa de estudos

REFERÊNCIAS

1. ACOSTA, Alberto. *O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária, 2016. 257 p.
2. BARLOW, Maude. Natureza: um grande ecossistema vivo do qual brota toda a vida. *Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis*, Florianópolis, v. 9, n.1, p.1-15, jul. 2012.
3. BECK, Ulrich. *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: Editora 34, 2011.
4. DALY, Herman. Crescimento sustentável? Não, obrigado. *Ambiente & Sociedade*, v. 7, n.2, 2004.
5. ESCOBAR, Arturo. *La invención del Tercer Mundo: Construcción y deconstrucción del desarrollo*. Caracas: Fundación Editorial El Perro y La Rana, 2007.
6. ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang (Ed.). *Dicionário do desenvolvimento*. Guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000 p. 59-83.
7. FOLADORI, Guilherme. O capitalismo e a crise ambiental. *Raízes*, ano XVIII, 31 – 36 nº19, maio/1999.
8. _____. O metabolismo com a natureza. *Revista Crítica Marxista*, n. 12. São Paulo: Boitempo, 2001. p. 105 - 117.
9. FOSTER, Bellamy. John. *A ecologia de Marx*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2005.
10. FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
11. GÓMEZ, Jorge Montenegro. *DESENVOLVIMENTO EM(DES)CONSTRUÇÃO: Narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural*. 2006. 434 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós- Graduação em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006.

12. _____ Crítica ao conceito de desenvolvimento. *Revista Pegada*. v.3, nº 1, p. 1-13, 2002.
13. GORZ, André. *Ecológica*. São Paulo: Annablume, 2010.
14. GROSGOUEL Ramon. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: SANTOS, B. S; MENESES, M. P. (Orgs.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010. Página | 2680
15. GUDYNAS, Eduardo. Buen Vivir: germinando alternativas al desarrollo. América Latina em Movimento, *ALAI*, n.462: 1- 20. Quito, 2011.
16. GUDYNAS, Eduardo.; ACOSTA, Alberto. La renovación de la crítica al desarrollo y el buen vivir como alternativa. *Utopía y Praxis Latinoamericana*. Ano 16. Nº 53 p. 71 – 83. 2011.
17. ILLICH, Ivan. Necessidades. *Dicionário do desenvolvimento. Guia para o conhecimento como poder*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 155-172.
18. LEFF, Enrique. *Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental*. Petrópolis: Vozes, 2009.
19. LATOUCHE, Serge. Existira uma vida após o desenvolvimento? *Estudos de Sociologia*, UFPE, v. 16, n. 2, p. 217 – 230, 2010.
20. LITTLE, Paul. “Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade”. *Série Antropologia*, Brasília: Universidade de Brasília, 2002.
21. MARQUES, Luiz. *Capitalismo e colapso ambiental*. Campinas: Editora da Unicamp, 2016.
22. MÉSZÁROS, Istvan. *O poder da ideologia*. Tradução: Magda Lopes. São Paulo: Ensaio, 1996.
23. MIGNOLO, Walter. *Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. 1ª ed. rev. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2019.
24. OLIVEIRA, Leandro Dias de. A geopolítica do desenvolvimento sustentável: reflexões sobre o encontro entre economia e ecologia. *Revista Carta Internacional*, vol. 7, nº1. Jan-Jun, 2012 (pp. 118-1390
25. PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. 625p.
26. _____. Ecologia política na América Latina: reapropriação social da natureza e reinvenção dos territórios. *Revista INTERthesis*, Florianópolis, v.9, n1, p. 16-50, 2012.
27. QUIJANO, Anibal. Bien vivir”: entre el “desarrollo y la des/colonialidad del poder. *Viento Sur*, n. 11/ Madrid, mayo 2012.
28. RIST, Gilbert. *The History of Development. From Western Origins to Global Faith*. 3rd. Edition. Zed Books. London, 2002
29. SACHS, Wolfgang. Introdução. In: SACHS, W (ed.) *Dicionário do Desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 11-17.
30. SACHS, Wolfgang. et al. *Justiça num mundo frágil: Memorando para a cúpula mundial sobre desenvolvimento sustentável*. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2002.
31. SANTOS, Boaventura Souza; MENESES, Maria. Paula. (Orgs.) *Epistemologias do Sul*. São. Paulo; Editora Cortez. 2010. 637p.
32. _____. Para uma nova visão da Europa: aprender com o Sul. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 18, no 43, set/dez 2016, p. 24-56

33. SASSEN, Saskia. *Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.
34. STAHEL, Andri.Werner. Capitalismo e entropia: os aspectos ideológicos de uma contradição e uma busca de alternativas sustentáveis. In: *Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. CAVALCANTI, Clóvis (org.) São Paulo, Cortez, 1995.